



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**LEI Nº 1553, DE 11 DE JUNHO DE 2008.**

*(Alterado pela Lei Nº 2.409, DE 16/12/2018)*

*(Alterado pela Lei nº 2.389, de 21/06/2018)*

*(Alterado pela Lei nº 2.387, de 21/06/2018)*

*(Alterado pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015).*

*(Alterado pelo Decreto nº 216, de 17/12/08).*

O Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA  
passa a vigorar com nova nomenclatura de acordo com  
inciso IV, art. 3º da Lei nº 1.599, de 30 de janeiro de 2009,  
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente; sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; sobre os Conselhos Tutelares e sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da forma que especifica.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS aprova, e eu sanciono a seguinte Lei:**

**TÍTULO I**  
**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei consolida a legislação municipal sobre a criança e o adolescente; dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente; sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; sobre os Conselhos Tutelares e sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**CAPÍTULO II**  
**DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

**Art. 2º** O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito do município de Palmas, far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas da educação, saúde, habitação, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, afetivo, mental, moral, espiritual e social da criança e do



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

adolescente em condições de liberdade e dignidade, bem como a convivência familiar e comunitária;

II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III - serviços especiais, nos termos desta Lei.

§ 1º Os programas de assistência social serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

I - orientação e apoio sócio-familiar;

II - apoio sócio-educativo em meio aberto;

III - colocação familiar;

IV - abrigo;

V - liberdade assistida;

VI - semiliberdade;

VII - internação.

§ 2º Os serviços especiais visam à:

I - prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

II - identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;

III - proteção jurídico-social.

**Art. 3º** A celebração de consórcios e convênios entre o Poder Público Municipal e entidades públicas e privadas ou outras esferas governamentais, para atendimento regionalizado dos direitos da criança e do adolescente, dependerá de prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 4º** São órgãos e instrumentos da política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Conselho Tutelar;

III - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **TÍTULO II**

#### **DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA CAPÍTULO I**

#### **DOS PRINCÍPIOS GERAIS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**Art. 5º** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 426, de 22 de julho de 1993, que foi alterada pela Lei nº 979, de 9 de março de 2001 e revogada pela Lei nº 1125, de 2 de julho de 2002, passa a ser disciplinado por esta Lei, que consolida a legislação municipal sobre a criança e o adolescente.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, doravante denominado, simplesmente, CMDCA, constitui-se em órgão autônomo, deliberativo, consultivo, controlador, normativo e fiscalizador da política de atendimento.

§ 2º A composição do CMDCA será paritária, nos termos do inciso II, do art. 88, do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

~~§ 3º O CMDCA para fins orçamentários e administrativos encontra-se vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.~~

~~§ 3º O CMDCA para fins orçamentários e administrativos encontra-se vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. (Alterado pela Lei nº 2.389, de 21/06/2018)~~

§ 3º O CMDCA, para fins orçamentários e administrativos, é vinculado ao órgão de assistência social do Município. (Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.)

**Art. 6º** As decisões do CMDCA, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam-se às ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

**Art. 7º** Os atos deliberativos do CMDCA deverão ser publicados nos órgãos oficiais e/ou na imprensa local, seguindo as mesmas regras de publicação pertinentes aos demais atos do Executivo.

*Parágrafo único.* A publicação deverá ocorrer na primeira oportunidade subsequente à reunião do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 8º** Em caso de descumprimento de alguma de suas deliberações, o CMDCA representará ao Ministério Público visando à adoção de providências cabíveis, bem assim aos demais órgãos legitimados no art. 210 da Lei nº 8.069/90, para que demandem em juízo mediante ação mandamental ou ação civil pública.

**Art. 9º** Nos termos do disposto no art. 89 da Lei nº 8.069/90, a função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerada em qualquer hipótese.

*Parágrafo único.* O exercício da função de conselheiro, titular ou suplente, requer disponibilidade para efetivo desempenho de suas funções em razão



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

do interesse público e da prioridade absoluta assegurada aos direitos da criança e do adolescente.

**Art. 10.** Cabe à administração pública, nos diversos níveis do Poder Executivo, fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do CMDCA, devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica que não onere o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º A dotação orçamentária a que se refere o *caput* deste artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo CMDCA, inclusive despesas com a capacitação dos conselheiros.

§ 2º O CMDCA deverá contar com espaço físico adequado, cuja localização será amplamente divulgada, e com todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento.

§ 3º Caberá à administração pública, sempre que se fizer necessário, o custeio ou reembolso de despesas decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem a todos os membros do CMDCA, titulares ou suplentes, para que possam se fazer presentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como em eventos e solenidades nos quais devam representar oficialmente o Conselho, mediante dotação orçamentária específica.

**CAPÍTULO II**  
**DA COMPOSIÇÃO, REPRESENTAÇÃO E DO MANDATO DE SEUS**  
**CONSELHEIROS**

**Seção I**  
**Da Composição do CMDCA**

**Art. 11.** O CMDCA será composto por 12 (doze) membros efetivos, que representarão paritariamente o Poder Executivo Municipal e as organizações não-governamentais, na seguinte proporção:

~~1 - 6 (seis) representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pelas seguintes secretarias:~~

~~a) Secretaria Municipal da Educação e Cultura;~~

~~b) Secretaria Municipal da Saúde;~~

~~c) Secretaria Municipal de Assistência Social; (Alterado pela Lei nº 2.389, de~~

21/06/2018)

~~e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;~~

~~d) Secretaria Municipal da Juventude e Esporte;~~

~~e) Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia;~~

~~f) Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos.~~



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

I - 6 (seis) representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pelos seguintes órgãos ou entidades: [\*\(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.\)\*](#)

- a) educação; [\*\(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.\)\*](#)
- b) saúde; [\*\(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.\)\*](#)
- c) assistência social; [\*\(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.\)\*](#)
- d) juventude; [\*\(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.\)\*](#)
- e) meio ambiente; [\*\(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.\)\*](#)
- f) desenvolvimento humano. [\*\(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.\)\*](#)

II - 6 (seis) representantes de entidades não-governamentais de defesa e/ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente e/ou de entidades de classe que possam contribuir efetivamente para o atendimento e defesa aos direitos de que trata esta Lei.

## **Seção II**

### **Dos Representantes Governamentais**

~~**Art. 12.** Os representantes do governo municipal junto ao CMDCA serão designados pelos Secretários Municipais e nomeados pelo Chefe do Executivo, observado o seguinte:~~

**Art. 12.** Os representantes do governo municipal junto ao CMDCA serão designados pelo Chefe do Executivo, observado o seguinte: [\*\(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.\)\*](#)

I - observada a estrutura administrativa dos diversos níveis de governo, deverão ser designados, prioritariamente, representantes dos setores responsáveis pelas políticas sociais básicas, direitos humanos, finanças e planejamento;

II - na hipótese de extinção e/ou mudança de nomenclatura das Secretarias, passará a integrar o Conselho, provisoriamente, a Secretaria com atribuições das políticas públicas equivalentes;

III - quando ocorrer a mudança prevista no inciso anterior, o CMDCA encaminhará ao Chefe do Poder Executivo solicitação requerendo a mudança adequada na respectiva legislação;

IV - para cada titular deverá ser indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o Regimento Interno do Conselho;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

V - o mandato dos representantes governamentais do CMDCA está condicionado à manifestação expressa contida nos atos designatórios das autoridades competentes.

§ 1º O afastamento de representantes do governo junto ao CMDCA deverá ser previamente comunicado e justificado, para que não haja prejuízo às atividades do Conselho.

§ 2º A autoridade competente deverá designar um novo representante governamental para conselheiro, no prazo máximo da reunião ordinária subsequente ao afastamento.

### **Seção III**

#### **Dos Representantes da Sociedade Civil Organizada**

**Art.13.** A representação da sociedade civil garantirá a participação da população por meio de organizações representativas que atuem no âmbito da política da criança e do adolescente.

§ 1º Poderão participar do processo de escolha as organizações da sociedade civil, constituídas há pelo menos 2 (dois) anos, com atuação no âmbito territorial correspondente.

§ 2º A representação da sociedade civil no CMDCA, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida, devendo submeter-se periodicamente a processo democrático de escolha, em Fórum próprio.

§ 3º É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do poder público no processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA.

§ 4º O CMDCA deverá solicitar ao Ministério Público Estadual o acompanhamento e fiscalização do processo eleitoral de escolha dos representantes das organizações da sociedade civil.

§ 5º O processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA deverá observar as seguintes condições:

I - instauração do processo seletivo pelo Conselho em exercício até 60 dias antes do término do mandato;

II - designação de uma comissão eleitoral composta por conselheiros representantes da sociedade civil e governamental, para organizar e realizar o processo eleitoral;

III - convocação de assembléia própria, para deliberar exclusivamente sobre a escolha.

§ 6º A eventual substituição dos representantes das organizações da sociedade civil no CMDCA deverá ser previamente comunicada e justificada para que não cause prejuízo algum às atividades do Conselho.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

§ 7º Os representantes da sociedade civil junto ao CMDCA serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a proclamação do resultado da respectiva eleição, com a publicação dos nomes das organizações da sociedade civil e de seus respectivos representantes, titulares e suplentes.

### **Seção IV Do Mandato dos Conselheiros**

**Art.14.** O mandato de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, através de referendo, em assembléia própria, cuja constituição será homologada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, com a respectiva posse, que será registrada em livro específico.

§ 1º O mandato no CMDCA pertencerá à entidade civil eleita, que deverá indicar um de seus membros para atuar como conselheiro.

§ 2º Em caso de vacância das entidades suplentes, deverá ocorrer uma nova eleição, sendo vedada a prorrogação do mandato ou a recondução automática.

**Art. 15.** O CMDCA elegerá entre seus pares:

- I - 1 (um) Presidente;
- II - 1 (um) Vice-Presidente;
- III - 1 (um) Secretário Geral do Conselho.

#### **Subseção I**

### **Dos Impedimentos, da Suspensão, da Cassação dos Conselheiros do CMDCA**

**Art. 16.** Não deverão compor o CMDCA, no âmbito do seu funcionamento:

- I - Conselho de Políticas Públicas;
- II - representantes de órgão de outras esferas governamentais;
- III - ocupantes de cargo de confiança e/ou função comissionada do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;
- IV - Conselheiros Tutelares.

*Parágrafo único.* Também não deverão compor o CMDCA, na forma do disposto neste artigo, as autoridades judiciária, legislativa e o representante do Ministério Público e da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou em exercício na Comarca, Foro Regional, Distrital ou Federal.

**Art. 17.** Os conselheiros poderão ter seus mandatos suspensos ou cassados, notadamente, quando:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

I - for constatada a reiteração de faltas injustificadas às sessões deliberativas do CMDCA;

II - for determinada a suspensão cautelar de dirigente da entidade, em conformidade com o disposto do art.191, parágrafo único, ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97, após procedimento de apuração da irregularidade cometida pela entidade, nos termos dos arts. 191 a 193, todos do mesmo diploma legal, Lei nº 8.069/90.

III - for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, consoante estabelecido pelo art. 4º, da Lei nº 8.429/92.

*Parágrafo único.* A cassação do mandato dos representantes do Governo e das organizações da sociedade civil junto ao CMDCA, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do Conselho.

**CAPÍTULO III**  
**DA COMPETÊNCIA DO CMDCA**

**Art. 18.** Compete ao CMDCA:

I - formular a política de proteção dos direitos da criança e do adolescente e definir suas prioridades;

II - controlar e acompanhar as ações governamentais e não-governamentais na execução da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;

III - gerir o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palmas, definindo a política de captação, administração e aplicação de seus recursos financeiros, com observância da lei específica;

IV - assessorar o Poder Executivo na elaboração de proposta orçamentária, no que se refere à destinação de recursos públicos para as áreas relacionadas com a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;

V - inscrever, na forma das normas a serem fixadas, os programas governamentais e não-governamentais, observado o disposto no art. 90 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - registrar as normas a serem fixadas, as organizações não-governamentais com atuação na área da criança e do adolescente de Palmas, observado o disposto no art. 91 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - promover, apoiar e incentivar a realização de estudos, pesquisas e eventos sobre a política e as ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

VIII - avaliar a política e as ações de atendimento dos direitos da criança e adolescente de Palmas;

IX - regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como dar posse, acompanhar e capacitar os Conselheiros;

X - apoiar os Conselhos Tutelares e os órgãos governamentais e não-governamentais para tornar efetivo os direitos da criança e do adolescente;

XI - realizar e incentivar as campanhas promocionais e de conscientização dos direitos da criança e do adolescente;

XII - cumprir seu Regimento Interno.

### **CAPÍTULO IV DO REGIMENTO INTERNO E DO FUNCIONAMENTO DO CMDCA**

**Art. 19.** O CMDCA deverá elaborar um regimento interno que defina o funcionamento do órgão, prevendo dentre outros os seguintes itens:

I - a estrutura funcional mínima composta por plenário, presidência, comissões e ou secretarias, definindo suas respectivas atribuições;

II - a forma de escolha dos membros da presidência do CMDCA, assegurando a alternância entre representantes do governo e da sociedade civil organizada;

III - a forma de substituição dos membros da presidência na falta ou impedimento dos mesmos;

IV - a forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDCA, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que se garanta a presença de todos os seus membros e permita a participação da população em geral;

V - a forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações com a obrigatoriedade de sua prévia comunicação aos conselheiros;

VI - a possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;

VII - o quórum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do CMDCA;

VIII - as situações em que o quórum qualificado deva ser exigido no processo de tomada de decisões, com sua expressa indicação quantitativa;

IX - a criação de comissões e grupos de trabalho, que deverão ser compostos de forma paritária;

X - a forma como ocorrerá a discussão das matérias colocadas em pauta;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

XI - a forma como se dará a participação dos presentes na assembléia ordinária;

XII - a garantia de publicidade das assembléias ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;

XIII - a forma como serão efetuadas as deliberações e votações das matérias com a previsão de solução em caso de empate;

XIV - a forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão de organização da sociedade civil ou de seu representante, quando da reiteração de faltas injustificadas e/ou prática de ato incompatível com a função, observada a legislação específica;

XV - a forma como será deflagrada a substituição do representante do órgão público, quando se fizer necessário.

### **CAPÍTULO V DO REGISTRO DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO**

**Art. 20.** Na forma do disposto no parágrafo único, art. 90, e no art. 91, da Lei nº 8.069/90, cabe ao CMDCA:

I - efetuar o registro das organizações da sociedade civil, sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e a suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o *caput* do art.90, e no que couber as medidas previstas nos arts 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90;

II - a inscrição dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução na sua base territorial por entidades governamentais e das organizações da sociedade civil.

*Parágrafo único.* As entidades não-governamentais e os programas em execução deverão atualizar, anualmente, seus cadastros junto ao CMDCA, observado o disposto em resolução expedida pelo CMDCA.

**Art. 21.** O CMDCA deverá expedir resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto no art. 91 da Lei 8.069/90.

*Parágrafo único.* Os documentos a serem exigidos visarão, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**Art. 22.** Quando do registro e/ou de sua renovação, o CMDCA, com o auxílio de outros órgãos e serviços públicos, deverá certificar-se da adequação da entidade e/ou do programa às normas e princípios estatutários, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a outros requisitos específicos que venham a ser exigidos, por meio de resolução própria.

**Art. 23.** Caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no CMDCA, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar para a tomada das medidas cabíveis, na forma do disposto nos arts: 95, 97, 191, 192 e 193 da Lei nº 8.069/90.

**Art. 24.** O CMDCA expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, conforme o previsto no parágrafo único do art. 90 e no *caput* do art. 91, da Lei nº 8.069/90.

**TÍTULO III**  
**DOS CONSELHOS TUTELARES**  
**CAPÍTULO I**  
**DO FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS CONSELHOS**  
**TUTELARES**

**Seção I**

**Do Funcionamento**

**Art. 25.** Os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos, não-jurisdicionais, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal pertinente.

§ 1º O Poder Executivo assegurará instalações, equipamentos, infraestrutura, material e recursos humanos necessários ao funcionamento de seus Conselhos Tutelares.

~~§ 2º Cada Conselho Tutelar será composto por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) suplentes, eleitos para mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição.~~

§ 2º Cada Conselho Tutelar será composto por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) suplentes, eleitos para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha. (Alterado pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015).

§ 3º O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral. (NR) " (Acréscido pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015).



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**Art. 26.** Cabe ao CMDCA definir e delimitar a região de atuação de cada um dos Conselhos Tutelares de Palmas, consideradas a geografia da cidade e a população de suas quadras.

*Parágrafo único.* Em razão da demanda e do crescimento populacional, poderão ser instituídos quantos Conselhos Tutelares se fizerem necessários, consoante levantamentos promovidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 27.** Os Conselhos Tutelares serão organizados e instalados pelo CMDCA, observando-se os seguintes critérios:

I - instalação, priorizando as áreas onde se registrem grandes concentrações habituais de crianças e adolescentes, subsidiariamente, em área de fácil acesso para a população carente;

II - funcionamento ininterrupto, inclusive nos finais de semana e feriados, obedecida à escala de revezamento entre seus membros, fixada em conformidade com seu Regimento Interno;

III - os Conselhos Tutelares deverão realizar sessões públicas, na forma disposta no seu Regimento Interno;

IV - o funcionamento dos Conselhos Tutelares deverá obedecer ao disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, nesta Lei, bem como ao disposto em Regimento Interno próprio homologado pelo CMDCA;

V - o regime funcional dos Conselhos Tutelares é de dedicação exclusiva, com disponibilidade para 24 horas e funcionamento diário e ininterrupto das 8 horas às 18 horas.

§ 1º Os Conselhos Tutelares do município de Palmas deverão elaborar de forma conjunta um Regimento Interno único, disciplinando o funcionamento de todos os Conselhos Tutelares, respeitando-se as peculiaridades da área de atuação de cada um.

§ 2º O Regimento Interno em vigor deverá ser revisado no prazo de até 60 (sessenta) dias da data de publicação desta Lei.

§ 3º O conselheiro eleito não poderá acumular outra atividade profissional, por tratar-se de serviço relevante, conforme preconiza o art. 135 da Lei Federal nº 8.069/90, sob pena de perda do mandato.

§ 4º Os Conselhos Tutelares contarão com uma coordenação centralizada, que será exercida por um representante de cada conselho, escolhido por maioria simples, que se reunirá semanalmente para avaliar e coordenar os trabalhos dos Conselhos Tutelares.

**Art. 28.** Fica mantida a necessidade dos 4 (quatro) Conselhos Tutelares no município de Palmas, criados por legislação anterior, cuja área de atuação deverá ser delimitada pelo CMDCA.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**Seção II**  
**Das Atribuições**

**Art. 29.** Quanto às suas atribuições, os Conselhos Tutelares deverão observar o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado pela Lei Federal 8069, de 13 de julho de 1990, em especial ao que consta de seu art. 136.

**Seção III**  
**Da Área de Atuação/Abrangência**

**Art. 30.** A área de abrangência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente à falta dos pais ou responsável.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável, ou do local da sede da entidade que abrigar a criança ou o adolescente.

**CAPÍTULO II**  
**DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHOS TUTELARES**

**Seção I**  
**Responsabilidade do CMDCA no Processo Eleitoral**

**Art. 31.** O processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares será realizado sob a responsabilidade do CMDCA e fiscalizado pelo Ministério Público Estadual, conforme disposto no art. 139, da Lei Federal nº 8.242/91.

§ 1º Os Conselheiros Tutelares serão eleitos por voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos com domicílio eleitoral no município de Palmas.

~~§ 2º A eleição para os Conselhos Tutelares ocorrerá a cada 3 (três) anos.~~

§ 2º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial. *(Alterado pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015).*



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

§ 3º A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha. (Acrecido pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015).

§ 4º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor. (NR) ”  
(Acrecido pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015).

**Art. 32.** O CMDCA instituirá a Comissão Eleitoral responsável pela organização do pleito, bem como por toda a condução do processo eleitoral.

§ 1º Para compor a Comissão Eleitoral, o CMDCA poderá escolher dentre seus membros e/ou indicar cidadãos e representantes de entidades da sociedade civil de ilibada conduta e reconhecida idoneidade moral.

§ 2º Compete ao CMDCA expedir resoluções sobre o processo eleitoral e publicar todos os atos pertinentes à eleição, como: composição da comissão eleitoral, recursos interpostos, resultado das eleições, impugnações ao resultado das eleições, resultado geral do feito, etc.

### **Seção II**

#### **Comissão Eleitoral**

**Art. 33.** Compete à Comissão Eleitoral:

- I - dirigir o processo eleitoral;
- II - adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito;
- III - publicar a lista dos mesários e dos apuradores de votos, abrindo prazo para recursos, nos termos desta Lei;
- IV - receber e processar as impugnações apresentadas contra mesários e apuradores;
- V - analisar e homologar o registro das candidaturas;
- VI - receber denúncias contra candidatos, nos casos previstos nesta Lei, bem como adotar os procedimentos necessários para apurá-las;
- VII - processar e decidir, em primeiro grau, as denúncias referentes à impugnação e à cassação de candidaturas;
- VIII - julgar as impugnações apresentadas contra candidatos, os recursos interpostos contra as decisões da Junta Eleitoral e as impugnações apresentadas contra mesários e apuradores;
- IX - responsabilizar-se pelo bom andamento da eleição nos locais de votação, bem como resolver os eventuais incidentes que venham a ocorrer no dia;
- X - resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos de apuração dos votos;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

XI - expedir boletins de apuração relativos ao pleito;

XII - elaborar e divulgar o edital do processo eleitoral estabelecendo a data, o horário e o local de registro das candidaturas, bem como os documentos necessários à inscrição, os requisitos, os locais, os horários, a data da seleção dos candidatos e o período de duração da campanha eleitoral.

§ 1º O prazo para o registro de candidaturas será, no mínimo, de 30 (trinta) dias, e será precedido de ampla divulgação.

§ 2º A campanha eleitoral se estenderá por período não inferior a 30 (trinta) dias.

### **Seção III Dos Requisitos para Candidatura**

**Art. 34.** Poderão obter sua inscrição preliminar, como candidatos aos Conselhos Tutelares, todos os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - residir no município de Palmas há, no mínimo, 2 (dois) anos;
- IV - apresentar certidão de bons antecedentes criminais e folha corrida judicial;
- V - ter concluído o ensino médio;
- VI - entregar uma fotografia (3 x 4) tirada após a publicação do edital;
- VII - estar em gozo de seus direitos políticos;
- VIII - não estar recebendo benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez e/ou auxílio-doença;
- IX - comprovar experiência no atendimento dos direitos da criança e do adolescente, por um período mínimo de 1 (um) ano;
- X - laudo psicológico atestando sanidade mental do candidato, elaborado por profissional habilitado;
- XI - submeter-se a uma prova objetiva e subjetiva de conhecimentos específicos, a ser formulada por uma Comissão designada pelo CMDCA.

§ 1º O requisito previsto no inciso IX deste artigo será considerado preenchido mediante a apresentação de documentação comprobatória, como: carteira de trabalho e previdência social, convênio de estágio profissionalizante ou curricular, portaria de nomeação ou contrato.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

§ 2º A inscrição preliminar será encaminhada e autuada pela Comissão Eleitoral junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 35.** Ultrapassada a fase preliminar das inscrições, somente poderá concorrer o candidato que for aprovado em prova de seleção realizada por uma comissão designada pelo CMDCA, que consistirá em:

I - prova de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

II - prova sobre as legislações correlatas às políticas públicas de atendimento a criança e ao adolescente.

#### **Seção IV**

#### **Dos Impedimentos para Candidatura**

**Art. 36.** Os impedimentos de atuação junto ao Conselho Tutelar constam do art. 140, do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovado pela Lei Federal nº 8069/90.

#### **Seção V**

#### **Do Registro das Candidaturas**

**Art. 37.** Poderão registrar as candidaturas os candidatos que preencherem os requisitos fixados pelo art. 34 e que não apresentarem nenhum dos impedimentos mencionados no art. 36, ambos desta Lei.

§ 1º O pedido de registro da candidatura deverá ser formalizado através de impresso próprio, disponível na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º A Comissão Eleitoral através de decisão fundamentada indeferirá os pedidos de registro de candidaturas dos postulantes que não preencherem os requisitos legais exigidos e notificará o candidato, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis para recorrer dessa decisão.

**Art. 38.** É vedada a formação de chapas agrupando candidatos, bem como a vinculação de candidaturas a qualquer partido político ou instituições públicas ou privadas.

**Art. 39.** As instituições públicas e privadas podem cooperar com a divulgação de todos os candidatos inscritos, cujas candidaturas tenham sido homologadas, sendo vedado o apoio individualizado.

**Art. 40.** As candidaturas serão formalizadas no período fixado no edital do processo seletivo, amplamente divulgado pelo CMDCA.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

§ 1º O edital fixará prazo de pelo menos 30 (trinta) dias para registro de candidaturas à Comissão Eleitoral e conterà os requisitos exigidos nesta Lei, mencionando, ainda, o auxílio a que fará jus o conselheiro eleito e empossado.

§ 2º O requerimento de registro de candidatura deverá ser preenchido pelo próprio interessado, devendo ser entregue à Comissão Eleitoral, em local, data e horário a serem fixados pelo respectivo edital.

**Art. 41.** Encerrado o prazo para a inscrição das candidaturas, a Comissão Eleitoral mandará publicar edital na imprensa local, informando o nome dos candidatos registrados e fixando prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, para o recebimento de impugnações por qualquer eleitor.

§ 1º A solicitação de impugnação deve ser endereçada à Comissão Eleitoral, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º Oferecida a impugnação, os autos serão encaminhados à Comissão Eleitoral para manifestação, no prazo de 3 (três) dias úteis, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em igual prazo.

**Art. 42.** Das decisões relativas às impugnações caberá recurso à própria Comissão Eleitoral, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da intimação.

*Parágrafo único.* Oferecido recurso, pelo candidato, a Comissão Eleitoral se manifestará, no prazo de 3 (três) dias úteis.

**Art. 43.** Decorridas as fases de impugnações e recursos, o CMDCA realizará o curso de capacitação e a subsequente prova de seleção, de caráter eliminatório, e, após, mandará publicar edital com os nomes dos candidatos habilitados ao pleito.

### **Seção VI Da Propaganda Dos Candidatos**

**Art. 44.** Nas campanhas eleitorais para composição do Conselho Tutelar é vedada:

I - a propaganda ou divulgação eleitoral, individual ou coletiva, em rádio, televisão, revista e jornal, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas, em igualdade de condições para todos os candidatos;

II - a propaganda por meio de anúncios luminosos, cartazes, faixas, outdoors e assemelhados, carros de som, ou inscrições em qualquer local público.

*Parágrafo único.* Excetua-se das vedações expressas neste artigo, a propaganda realizada nos locais autorizados pela Prefeitura de Palmas e/ou pelo CMDCA, para utilização por todos os candidatos, em igualdade de condições.

**Art. 45.** É permitida a realização de propaganda, individual ou coletiva, através de folhetos, volantes e outros impressos, bem como a realização de reuniões ou palestras.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

*Parágrafo único.* No dia da eleição será expressamente proibida a distribuição de qualquer material de campanha dos candidatos, sob pena de cassação da candidatura, em caso de inobservância a esta vedação.

**Art. 46.** Cabe ao CMDCA a divulgação da eleição dos Conselhos Tutelares nos meios de comunicação, bem como buscar a participação da população no processo eleitoral.

### **Seção VII**

#### **Da Votação e Proclamação dos Escolhidos**

**Art. 47.** Poderão votar os eleitores, maiores de 16 (dezesesseis) anos, inscritos junto às Zonas Eleitorais de Palmas.

*Parágrafo único.* No dia da eleição, o eleitor deverá apresentar a Carteira de Identidade ou outro documento com foto que permita a sua identificação e Título de Eleitor.

**Art. 48.** À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, as quais serão decididas de plano pela Comissão Eleitoral, em caráter definitivo.

**Art. 49.** Concluída a apuração dos votos, a Comissão Eleitoral proclamará o resultado da eleição e encaminhará ao CMDCA para publicação do resultado, contendo os nomes dos candidatos e o número de sufrágios recebidos por cada um.

§ 1º Os candidatos mais votados serão considerados eleitos, sendo os demais eleitos considerados como suplentes, segundo a mesma ordem de votação.

§ 2º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com maior idade.

§ 3º A Comissão Eleitoral, através do CMDCA, encaminhará ao Poder Executivo Municipal uma lista com os nomes dos candidatos e o número de sufrágios recebidos, para que seja editado o decreto de posse dos conselheiros eleitos.

### **Seção VIII**

#### **Da Posse e Nomeação dos Eleitos**

**Art. 50.** Os eleitos titulares e suplentes serão diplomados e empossados pelo CMDCA com registro em ata e será oficiado ao Prefeito de Palmas para que sejam nomeados os titulares com a respectiva publicação nos meios oficiais utilizados pelo Executivo para este fim, tomando posse no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

**Art. 51.** Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

**Art. 52.** Os eleitos deverão participar de cursos para aprimoramento da função de Conselheiro Tutelar.

**Art. 53.** Os Conselhos Tutelares atenderão informalmente as partes, mantendo registro de providências adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata apenas o essencial.

*Parágrafo único.* As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

### Seção IX Da Remuneração dos Conselheiros

~~**Art. 54.** A remuneração dos Conselheiros Tutelares será equivalente ao cargo de professor, nível II, 40 horas, (Anexo III da Lei nº 1.445, de 14 de agosto de 2006).~~

~~**Art. 54.** O Conselheiro Tutelar faz jus a um pagamento, a título de remuneração mensal, no valor de R\$ 3.867,07 (três mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sete centavos). *(Alterado pela Lei nº 2.387, de 21 de junho de 2018)*~~

~~**Art. 54.** O Conselheiro Tutelar faz jus a um pagamento, a título de remuneração mensal, no valor de R\$ 3.947,12 (três mil, novecentos e quarenta e sete reais e doze centavos). *(Alterado pela Lei nº 2.409, de 16 de novembro de 2018)*~~

~~**Art. 54.** O Conselheiro Tutelar faz jus à remuneração mensal de R\$ 4.911,16 (quatro mil, novecentos e onze reais e dezesseis centavos). *(Redação dada pela Lei nº 2.802, de 19 de dezembro de 2022.)*~~

~~**Art. 54.** O Conselheiro Tutelar faz jus à remuneração mensal de R\$ 5.254,94 (cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos). *(Redação dada pela Lei nº 2.853, de 12 de abril de 2023.)*~~

**Art. 54.** O Conselheiro Tutelar faz jus à remuneração mensal de R\$ 5.449,89 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos). *(Valor atualizado pelo Decreto nº 2.531, de 17 de junho de 2024.)*

§ 1º O subsídio fixado não gera relação de emprego com a Municipalidade.

§ 2º Caso seja aprovado em concurso público municipal, devidamente empossado e colocado à disposição do Conselho Tutelar, ser-lhe-á facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de função e remuneração.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

~~§ 3º Aos Conselheiros Tutelares serão assegurados todos os direitos sociais e previdenciários assegurados ao servidor público municipal comissionado.~~

§ 3º Aos Conselheiros Tutelares serão assegurados todos os direitos sociais e previdenciários, em conformidade com o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, quais sejam: (Alterada pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015).

I - cobertura previdenciária; (Acrescido pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015).

II - licença-maternidade; (Acrescido pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015).

III - licença paternidade; (Acrescido pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015).

IV - gratificação natalina. (Acrescido pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015).

~~§ 4º Após um ano de mandato, o Conselheiro Tutelar fará jus a férias anuais remuneradas, ocasião em que será substituído por seu suplente.~~

§ 4º Após um ano de mandato, o Conselheiro Tutelar fará jus a férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, ocasião em que será substituído por seu suplente. (Alterada pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015).

§ 5º Visando garantir a atuação majoritária dos Conselheiros Titulares e com o fito de evitar solução de continuidade, as férias serão concedidas gradativamente a um Conselheiro Titular por conselho.

~~§ 6º A revisão anual da remuneração estabelecida no caput deste artigo será realizada na mesma data em que ocorrer a revisão dos vencimentos e subsídios dos servidores públicos da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, aplicando-se o mesmo índice. (Incluído pela Lei nº 2.802, de 19 de dezembro de 2022.)~~

§ 6º A remuneração estabelecida no caput deste artigo será ajustada anualmente mediante ato do Poder Executivo, na mesma data em que ocorrer a revisão dos vencimentos e subsídios dos servidores públicos da administração pública municipal, com aplicação do mesmo índice. (Redação dada pela Lei nº 2.853, de 12 de abril de 2023.)

§ 7º O conselheiro tutelar faz jus ao auxílio-alimentação criado pelo art. 6º da Lei nº 1.547, de 28 de abril de 2008. (Incluído pela Lei nº 2.989, de 16 de novembro de 2023.)

§ 8º O conselheiro tutelar faz jus ao auxílio-saúde de que trata o art. 2º da Lei nº 2.979, de 16 de novembro de 2023, que dispõe sobre a criação do Programa Auxílio-Saúde Suplementar do Servidor Público do Município. (Incluído pela Medida Provisória nº 12, de 18 de novembro de 2025.)



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

~~**Art. 55.** Os recursos necessários à remuneração dos Conselheiros Tutelares deverão constar da dotação orçamentária destinada aos Conselhos Tutelares do Município.~~

**Art. 55.** Os recursos necessários ao funcionamento dos Conselhos Tutelares do Município e à remuneração e formação continuada dos Conselheiros Tutelares deverão constar em dotação orçamentária destinada ao fim específico.  
(NR) [Alterada pela Lei nº 2.172, de 21/08/2015](#).

### **Seção XII**

#### **Do Processo Disciplinar**

**Art. 56.** O processo disciplinar será instaurado mediante representação de qualquer autoridade ou cidadão ao CMDCA ou Ministério Público.

§ 1º A representação, para ser admitida, deverá ser apresentada por escrito com fundamentação e indicação de provas e de testemunhas com seus respectivos endereços.

§ 2º O processo disciplinar tramitará em sigilo, até o seu término, permitido o acesso às partes e seus defensores.

**Art. 57.** Constatada a infração, a Comissão de Ética nomeada pelo CMDCA poderá aplicar as seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - suspensão não-remunerada;
- III - perda da função.

**Art. 58.** A advertência será aplicada no caso de violação das proibições constantes nos incisos I, II e III do art. 60 desta Lei.

**Art. 59.** A suspensão não-remunerada será aplicada:

I - em reincidência, específica ou não, das faltas punidas com advertência;

II - no caso de violação das proibições constantes nos incisos IV a VIII do art. 60 desta Lei.

### **Seção X**

#### **Das Faltas Graves**

**Art. 60.** Configura falta grave no exercício da função de Conselheiro Tutelar:

- I - usar da função em benefício próprio;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

II - romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar que integre;

III - manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função, de modo a exorbitar sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

IV - recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições, quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;

V - aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VI - deixar de comparecer no plantão e no horário estabelecido;

VII - receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos ou diligências;

VIII - exercer outra atividade incompatível com a dedicação exclusiva.

### **Seção XI**

#### **Da Perda do Mandato do Conselheiro**

**Art. 61.** Perderá o mandato o conselheiro que:

I - deixar de cumprir o disposto no art. 27, V, bem como as obrigações constantes no Regimento Interno;

II - deixar de licenciar-se, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do pleito, no caso de candidatar-se a cargo eletivo;

III - faltar injustificadamente a 3 (três) sessões públicas consecutivas, ou a 5 (cinco) alternadas, no mesmo mandato;

IV - for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal;

V - for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou infração administrativa prevista no ECA, Lei nº 8.069/90;

VI - transferir sua residência para outro Município;

VII - for condenado por crime doloso;

VIII - descumprir injustificadamente os deveres da função, sendo que, neste caso, o fato será apurado em processo administrativo que lhe garanta o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Art. 62.** A perda da função será aplicada:

I - em caso de reincidência, específica ou não, das faltas punidas com suspensão não remunerada;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

II - em decorrência de condenação passada em julgado, por crime ou contravenção que seja incompatível com o exercício de sua função.

**Art. 63.** Nos casos de afastamento, impedimento, morte ou perda da função, o CMDCA providenciará imediatamente a posse do novo Conselheiro, que substituirá o anterior, temporária ou definitivamente, até a complementação do respectivo mandato, obedecida à ordem de suplência.

**Art. 64.** Na sindicância cabe à Comissão de Ética assegurar o exercício do contraditório e da ampla defesa do Conselheiro Tutelar.

**Art. 65.** O processo de sindicância deve ser concluído em 60 (sessenta) dias após sua instauração, salvo impedimento justificado.

**Art. 66.** Instaurada a sindicância, o indiciado será notificado, previamente, da data em que será ouvido pela Comissão de Ética.

§ 1º O não-comparecimento injustificado não impedirá a continuidade da sindicância, devendo ser-lhe nomeado um Defensor. Após a oitiva o indiciado terá 3 (três) dias para apresentar sua defesa prévia, sendo-lhe facultada a consulta aos autos.

§ 2º Na defesa prévia, devem ser anexados os documentos, as provas a serem produzidas, bem como indicado o número de testemunhas a serem ouvidas, sendo, no máximo, de 3 (três) por fato imputado.

**Art. 67.** Ouvir-se-ão primeiro as testemunhas de acusação e posteriormente as de defesa.

*Parágrafo único.* As testemunhas de defesa comparecerão independentemente de intimação e a falta injustificada das mesmas não obstará o prosseguimento da instrução.

**Art. 68.** Concluída a fase instrutória, dar-se-á vista dos autos à defesa para as alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias.

**Art. 69.** Apresentadas as alegações finais, a Comissão de Ética terá 15 (quinze) dias para findar a sindicância, sugerindo o arquivamento ou aplicando a penalidade cabível.

*Parágrafo único.* Na hipótese de arquivamento, só será aberta nova sindicância sobre o mesmo fato se o arquivamento tiver ocorrido por falta de provas, expressamente manifestado na conclusão da Comissão de Ética.

**Art. 70.** Da decisão que aplicar a penalidade, haverá reexame necessário pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

*Parágrafo único.* O Conselheiro indiciado poderá interpor recurso fundamentado, devendo apresentá-lo em 15 (quinze) dias, a contar de sua intimação pessoal ou de seu procurador, da decisão da Comissão de Ética.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**Art. 71.** Caso a denúncia do fato apurado tenha sido encaminhada por cidadão, quando da conclusão dos trabalhos, o denunciante deve ser cientificado da decisão da Comissão de Ética.

**Art. 72.** Concluída a sindicância pela incidência de uma das hipóteses previstas nos art. 228 a 258 da Lei Federal nº 8.069/90, os autos serão remetidos imediatamente ao Ministério Público, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

**TÍTULO IV**  
**DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Seção I**  
**Das Regras e Princípios Gerais**  
**do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

~~**Art. 73.** O Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA será gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com o que dispõe o art. 88, inciso IV, da Lei Federal nº 8.069/90, que tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e aplicação de recursos destinados à política de atendimento e aos programas de promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente de acordo com as deliberações da plenária do CMDCA.~~

**Art. 73.** O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o art. 88, inciso IV, da [Lei nº 8.069, de 1990](#), que tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e aplicação de recursos destinados à política de atendimento e aos programas de promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente, de acordo com as deliberações da plenária do CMDCA. [\(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.\)](#)

*Parágrafo único.* A política de atendimento obedecerá às linhas de ação previstas nos incisos II a V, do art. 87, da Lei Federal nº 8.069/90.

~~**Art. 74.** O FIA constitui-se dos seguintes recursos financeiros:~~

**Art. 74.** O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se dos seguintes recursos financeiros: [\(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.\)](#)

I - dotação consignada anualmente no orçamento do Município, voltada para a criança e o adolescente;

II - transferências de recursos entre entes da Federação;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações cíveis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069/90;

VI - contribuições de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;

~~VII - contribuições resultantes de campanhas de doações para o FIA;~~

VII - contribuições resultantes de campanhas de doações para o Fundo; [\*\(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.\)\*](#)

VIII - doações de pessoas físicas e jurídicas, podendo ser em espécie ou em bens, com incentivos fiscais;

IX - outros recursos a ele destinados, compatíveis com a sua finalidade.

§ 1º Os recursos a que se refere o *caput* deste artigo serão transferidos, depositados ou recolhidos em conta única em nome do Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente, em instituição bancária oficial.

§ 2º A movimentação e liberação dos recursos do referido Fundo dependerá de prévia e expressa autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º Para a administração dos recursos financeiros do Fundo será composta uma junta administrativa, a ser integrada por dois membros do CMDCA, sendo um governamental e outro não-governamental e dois representantes do poder público municipal, indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 4º À junta administrativa compete executar as resoluções do CMDCA, ficando dependente de autorização deste a liberação de recursos para programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

**Art. 75.** A qualquer tempo, por deliberação do Presidente ou da plenária do CMDCA, a junta administrativa deverá prestar contas das suas atividades.

~~**Art. 76.** A administração contábil, execução ou ordenação dos recursos do Fundo cabem à Secretaria Municipal da Assistência Social, órgão ao qual o conselho é vinculado.~~

~~**Art. 76.** A administração contábil, execução ou ordenação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cabem à~~



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

~~Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, órgão ao qual o conselho é vinculado.~~ *(Alterada pela Lei nº 2.389, de 21/06/2018)*

**Art. 76.** A administração contábil, execução ou ordenação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe ao órgão ao qual o CMDCA é vinculado. *(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.)*

~~**Art. 77.** Caberá ao Poder Executivo emitir decreto para regulamentar o funcionamento do FIA em conformidade com a legislação vigente.~~

**Art. 77.** O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu funcionamento regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo, em conformidade com a legislação vigente. *(Redação dada pela Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.)*

**Art. 78.** A aplicação dos recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência será deliberada pelo CMDCA em consonância com a Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente do Município.

**Art. 79.** Os recursos do Fundo são rotativos, não se revertendo os saldos do exercício financeiro aos cofres da Fazenda Municipal.

*Parágrafo único.* O CMDCA terá livre acesso aos registros contábeis e aos demonstrativos financeiros relativos aos recursos do fundo, sempre que for solicitado.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 80.** Revogam-se as Leis Municipais nºs 979, de 9 de março de 2001 e 1125, de 2 de julho de 2002.

**Art. 81.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALMAS**, aos 11 dias do mês de junho de 2008.

**RAUL FILHO**  
Prefeito de Palmas